XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Igualdade e diferença localizadas e interconectadas. A ação política na economia solidária.

Vanderson Carneiro.

Cita:

Vanderson Carneiro (2009). *Igualdade e diferença localizadas e interconectadas. A ação política na economia solidária. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1481

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Igualdade e diferença localizadas e interconectadas

A ação política na economia solidária

Vanderson Carneiro
Doutorando em Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais
UFMG- Brasil
Integrante do Grupo de Estudos em
Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra - Portugal (CES)
carneiro@fafich.ufmg.br

1- INTRODUÇÃO

O artigo analisa o debate teórico referente aos movimentos sociais e conflitos sociais com destaque na inter-relação entre as lutas por redistribuição e reconhecimento, principalmente nas questões sobre igualdade e diferença, bem como a localização dessas lutas em espaços-estruturais. O intuito é relacionar a Economia Solidária com as lutas por

redistribuição/igualdade e reconhecimento/diferença, com destaque para uma noção de ação política que perpassa os espaços-estruturais e nos indique o lugar desta ação política no campo da Economia Solidária.

2 - IGUALDADE E DIFERENÇA LOCALIZADAS E INTERCONECTADAS

No debate contemporâneo sobre movimentos sociais destaca-se a discussão sobre o sentido das lutas vinculadas à redistribuição econômica ou ao reconhecimento cultural. Podemos encontrar este debate nas discussões entre Nancy Fraser e Axel Honneth (FRASER & HONNETH, 2006; FRASER, 2001; 2007; HONNETH, 2003).

Estes autores ressaltam em suas discussões teóricas e filosóficas a importância dada, nos últimos anos, às lutas pelo reconhecimento social, afirmando inclusive que esta luta ultrapassa as questões por redistribuição econômica como a principal causa das injustiças. Porém, advertem cada um ao seu modo, que é um erro considerar as lutas pelo reconhecimento puramente como uma luta identitária e fora de um contexto que urge medidas de distribuição econômica. Por isso as análises dos conflitos sociais contemporâneos têm que voltar suas atenções para superação de ambas as injustiças.

A diferença que marca o debate entre estes autores está na conceituação que cada um irá formular na diferenciação das lutas sociais, bem como os critérios que cada um adotará para uma justificação normativa de justiça. Em nosso entendimento, mais que o destaque em redistribuição econômica e reconhecimento cultural, o debate entre Fraser e Honneth levanta questões sobre igualdade e diferença pensadas como critérios normativos de justiça social.

Neste sentido, é interessante localizar nos esquema analítico dos dois autores o lugar da igualdade e da diferença. No caso da igualdade, mesmo que esta seja definida teleologicamente de forma diferenciada nestes dois autores, esta exprime em cada um deles uma igualdade de oportunidade, seja de participar sem coerção de classe e ou status (FRASER 2001; 2007; FRASER & HONNETH, 2003), seja uma igualdade possível para a formação da identidade pessoal (HONNETH, 2003; FRASER & HONNETH, 2003).

No caso da diferença, a localização é mais controversa. Isto porque para Fraser o reconhecimento não é uma "satisfação de uma necessidade humana genérica" (FRASER, 2006, p.149), mas é antes uma forma analítica de conter uma injustiça de status. Assim a paridade participativa busca superar a injustiça de status "elevando" a diferença a um patamar de igualdade. Para Honneth, o reconhecimento da diferença é uma capacidade inata do ser humano que busca a formação da personalidade[i], principalmente através dos processos de individualização e inclusão social.

Consideramos, no entanto, que igualdade e diferença são vistos de forma descaracterizada, por um lado e condicionada/inferiorizada por outro. Isto porque, no caso de Fraser a paridade participativa descaracteriza tanto a diferença, pois essa não é reconhecida como princípio positivo de diversidade, quanto a igualdade, uma vez que esta passa a ser o fim da reivindicação e não um princípio das relações entre os grupos e coletividades. Assim, o reconhecimento da diferença está relacionado ao reconhecimento da desigualdade e não no reconhecimento das diferenças de forma igual. No caso de Honneth, a diferença parece ser aceita de forma subordinada, uma vez que, ao se valer da igualdade para a formação da personalidade esta tem expectativas normativas condicionadas. Em outras palavras, mesmo que em uma interação intersubjetiva os sujeitos se sintam reconhecidos em sua socialização e integração, isso nada nos diz que este reconhecimento é justo e respeita a diferença, pois nesta relação pode existir não só o consenso, mas também a resignação e a não percepção de uma relação injusta.

Cabe ressaltar também que os enfoques analíticos de Fraser e Honneth, apesar de avançar nas discussões sobre as interações entre as lutas de redistribuição e reconhecimento, estão relacionados dentro de uma estrutura social capitalista de desigualdade que não leva em consideração por um lado, a crescente exclusão de sujeitos que são sistematicamente mantidos fora da sociedade, ou seja, da estrutura social e, por outro lado, suas perspectivas ausentam, entre outras coisas, a questão do poder entre diversos aspectos da vida social. Além disso, seja na construção da igualdade na paridade participativa, seja na produção do consenso no acordo intersubjetivo de reconhecimento as reivindicações são reduzidas a

[i] Honneth cita três esferas de reconhecimento para a formação da identidade pessoal: a esfera associada ao amor; a esfera associada à dimensão das relações legais; e esfera a associada à solidariedade e ao mérito. Ver Honneth, 2001 e Fraser e Honneth, 2006.

determinados movimentos no qual a expressão de injustiça deve vir a público no marco legal da política e do direito moderno.

Neste sentido, vale ressaltar o trabalho desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2005; 2006) sobre a discussão sobre igualdade e diferença e suas relações e inserções nos sistemas de desigualdade e exclusão. Estes sistemas contam com a regulação social para estabelecer mecanismos que permitem controlar ou manter em níveis aceitáveis esses sistemas, evitando assim as desigualdades e exclusões extremas.

Santos nos ajuda a problematizar como o sistema capitalista neoliberal produz tamanhas mudanças sobre o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão. Desta forma, as análises têm que levar em consideração vários campos de lutas envolvidos por eixos transversais de igualdade e diferença, que ora se contradizem, ora se reforçam tanto para o aumento das desigualdades e exclusões quanto para a superação dessas. A percepção que se trata de vários espaços sociais de lutas nos leva a dizer que em cada um desses espaços podemos encontrar desigualdades e exclusões em formas variadas, onde em alguns campos pode até sobressair uma sobre a outras, mas não se efetuam sozinhas. É com esta perspectiva que Santos nos chama a atenção para conjuntos estruturais de relações sociais que produzem seis formas de poder, de direito e de conhecimento, o que ele denomina de "estrutura-ação"(Santos, 2005).

Particularmente para nossa discussão, interessa-nos a dimensão de produção do poder, principalmente o destaque que Santos faz sobre o lugar exclusivo em que se coloca a política. É no espaço da cidadania, na forma do poder da dominação que a política se encontra legitimada.

3- AÇÃO POLÍTICA E O RECONHECIMENTO DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Tomando como referencia a dimensão da produção do poder, e mais especificamente no lugar da ação política nos diversos espaços-estruturais, chamamos a atenção sobre a forma que esta perspectiva pode ser trabalhada na discussão sobre igualdade e diferença. Aproximando do referencial arendtiando de ação política podemos dizer que o debate

entre igualdade e diferença levantado anteriormente coloca-nos diante de uma privatividade do privado, bem como uma privação do campo do político.

Em outras palavras, podemos dizer, por exemplo, que a ação realizada por um movimento feminista ou negro, seja na busca de uma igualdade de status ou de classe – em Fraser - seja ao reconhecimento da formação da identidade – em Honneth - relaciona-se por um lado com a privatividade do privado, uma vez que, ressalta que no espaço privado há relações de injustiça que devem ser expostas no público como reivindicações por redistribuição e/ou reconhecimento. Por outro lado, relaciona-se também com a privação do público, pois mesmo que não se expressem desta maneira e se mantenham restritos ao espaço da cidadania, Fraser e Honneth ressaltam que as injustiças expressam uma privação do espaço público, uma vez que lhes faltam as condições para a paridade participativa ou para o desenvolvimento da personalidade.

No entanto, estes dois enfoques tratam do público apenas na sua conotação de estar no público, de ser ouvido e visto, e não na concepção de público como ação política de mostrar aquilo que os homens fazem, de organizar a pluralidade. Desta forma, diferença e injustiça concebida no espaço privado são visualizadas apenas como desigualdade e não como uma diferença que pode vir ao público em termos de igualdade justamente para mostrar sua particularidade. Nestes termos, podemos dizer que o reconhecimento público da diferença ressalta a desigualdade do privado, mas não reconhece a pluralidade. Sendo assim, temos que ampliar o campo do político e destacar o lugar da ação política, seja no espaço da cidadania, seja em outros espaços-estruturais. Em nossos termos, definimos que a privatividade do privado e a privação do público requer um reconhecimento do público e do privado (Carneiro, 2009).

Partindo da perspectiva de Santos, ilustramos que a ampliação do político deve estar presente no espaço da cidadania, mas também deve incidir em outros espaços-estruturais. Daí a importância da "politização de todos os campos da vida social"(Santos, 1995) e da "interação do público e do privado que visa transformar relações de poder em relações de autoridade partilhada" (Santos, 2008). Sendo assim, colocamos que ao lado do reconhecimento do público, que visa ampliar o reconhecimento da diferença a partir das particularidades e não das desigualdades, podemos dizer que é necessário um

reconhecimento do privado, sendo que neste há também relações desiguais entre igualdades e diferenças. Diferentemente do espaço público, a diferença é aceita no espaço privado com a justificativa de ser o espaço reservado para as individualidades e para a propriedade privada, enquanto a igualdade é desdenhada, pois a desigualdade é vista como um reflexo da dita diferença, no qual determinada situação desigual é justificada pelas diferenças sexuais, raciais, culturais, bem como de direitos à propriedade.

Se no espaço público o reconhecimento da diferença é vista a partir da desigualdade, no espaço privado a desigualdade é justificada pela diferença. Mas esta interpretação da diferença encobre ao fundo que a desigualdade no mundo privado é produto de relações desiguais que mesclam os diferentes espaços-estruturais que atravessam tanto o espaço público quanto o espaço privado. Por isso, um reconhecimento do espaço privado deve ser postulado a partir destas relações desiguais de poder que configuram igualdade e diferença. Por isso entendemos que a ação política está também presente no espaço privado, porque visto como espaço de relações desiguais, nos quais indivíduos e grupos são sistematicamente segregados, subordinadamente integrados e privados da realização da vida, estes são lugares também da produção de resistências, que mesmo sem a visibilidade pública imprimem uma ação política sob a forma de sociabilidades alternativas.

4- A AÇÃO POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A proposta para o reconhecimento do público e o reconhecimento do privado quer apenas destacar a importância de se analisar, sob o prisma da igualdade e da diferença, as diversas relações desiguais que podemos encontrar no público e no privado.

No caso da Economia Solidária não é diferente. Destacada no cenário atual, principalmente no caso do Brasil, como uma alternativa econômica para uma grande parcela da população excluída ou subordinadamente integrada na sociedade, a Economia Solidária coloca desafios que extrapola os assuntos econômicos, invadindo outros campos e discussões. Vista sob uma dimensão econômica a Economia Solidária tem uma faceta privada, pois é relacionada a determinadas condições econômicas em que indivíduos e grupos conseguem ter para produzir seus alimentos, aumentar seus rendimentos, ou seja,

conseguem formas alternativas de sobrevivência diante de um sistema econômico capitalista que os priva da produção e reprodução de suas próprias vidas. A Economia Solidária concebida como alternativa à pobreza, como uma alternativa de renda para aqueles que não têm lugar no sistema tende a justificar a desigualdade no espaço privado. Isto porque suas diferenças nas formas de produzir e de organizar a vida econômica são vistas somente pelo fato de serem formas econômicas que integram subordinadamente aqueles considerados "diferentes" no espaço privado. Assim os "despossuídos" de propriedades e os considerados desafortunados e inábeis pela sociedade podem ser integrados subordinadamente através de uma forma econômica que atenda suas necessidades. E, mesmo o reconhecimento da diferença das formas de produção e organização econômica, este permanece confinado às experiências da vida privada.

Por outro lado, a dimensão econômica da Economia Solidária também tem uma faceta pública, isto porque sua ocorrência em diversos lugares, o aumento dos empreendimentos econômicos, a organização desses e suas relações com o mercado capitalista lhes dão uma visibilidade pública que passa a ser reconhecida como formas diferentes de produção e organização econômica. No entanto, este reconhecimento é parcial, ou melhor, é um reconhecimento da diferença baseado na desigualdade. A forma alternativa e diferente de produção e organização econômica é vista pejorativamente como sendo a dos pobres, dos inferiores econômica e culturalmente que procuram alcançar a igualdade econômica capitalista, e não um reconhecimento que trate a Economia Solidária como sendo uma "outra economia".

Contudo, não podemos considerar a Economia Solidária somente em suas incidências econômicas, mas devemos nos ater também à vinculação e formação desta a um movimento político que sugere outros questionamentos em relação às suas características enquanto movimento (Carneiro, 2006). Não é o caso, de sobre-valorizar uma dimensão política face uma dimensão econômica, pois diante de um cenário de profundas desigualdades materiais, não cabe a uma análise negligenciar estes aspectos na superação de injustiças. No entanto, não podemos fazer "vistas grossas" para o fato de que ao lado de uma ação econômica em crescente desenvolvimento e complexidade realiza-se uma ação política de iguais proporções.

Por sua vez, a análise sobre o movimento da Economia Solidária deve destacar que este envolve uma diversidade de atores e situações que extrapola a produção e organização econômica, sendo que esta ação econômica é seguida por uma ação política que demanda outros aspectos na prática da Economia Solidária. Por isso, o movimento da Economia Solidária não pode ser entendido apenas como um movimento que busca a superação de injustiças materiais e de distribuição socioeconômica. A participação de movimentos feministas, dos movimentos étnicos, do movimento indígena e do movimento ambientalista, por exemplo, coloca outras dimensões para a atuação dos movimentos, nos quais a distribuição econômica pouco pode alterar na resolução de seus conflitos. Por isso a importância de incluirmos na análise do movimento da Economia Solidária a participação e interação de movimentos cujo foco de atuação se aproxima das lutas pelo reconhecimento da diferença.

Por outro lado, não podemos classificar aqueles atores que não participam ou não tem relações com movimentos somente como empreendimentos econômicos, ou seja, sem relação política. Isto porque, em alguns casos a ação econômica é seguida de uma ação política. Temos que deixar claro, no entanto, que não queremos dizer que toda ação econômica é uma ação política, mas com a proposta do reconhecimento do privado supomos que a Economia Solidária traz a ação política para o âmbito da ação econômica.

Como dissemos, a Economia Solidária pode ser entendida no espaço privado como uma forma de sobrevivência ou geração de renda de indivíduos e grupos que se encontram fora do mercado capitalista. Neste espaço diversas ações empreendidas são vistas pela ótica de uma responsabilidade pessoal e individual, no qual cabe a cada um a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e pela sua sobrevivência. A desigualdade de rendas, por exemplo, tem uma justificativa na diferenciação dos indivíduos quanto à sua educação, idade, status, ou em outros casos uma diferenciação cultural, sexual, etc. A situação de miséria que se encontram vários indivíduos e grupos e/ou a oportunidade de uma fonte de renda coloca a Economia Solidária como uma resposta de uma necessidade emergencial.

No entanto, como vimos no espaço privado também podemos encontrar resistências de indivíduos e grupos que privados de se realizarem no próprio espaço privado experimentam alternativas de sobrevivência que criticam esta privação de realização da

vida. Assim, não se baseiam apenas na produção de suas subsistências, do suprimento de suas necessidades, ou em outros termos, não é uma reunião natural dos homens, mas na ação econômica implementada encontra-se uma politização da sobrevivência na qual traz para a esfera do espaço privado uma ação política que questiona as relações desiguais que se produzem, seja no âmbito da materialidade da produção e da via econômica, seja no âmbito simbólico, cultural, sexual e etc. Esta politização da sobrevivência amplia o campo do político, pois traz para outros espaços-estruturais a ação política, não limitando a esta sua aparição apenas nos canais legitimados pelo espaço da cidadania. Deste modo, indivíduos e grupos excluídos podem resistir dentro de espaços nos quais não é reconhecida uma ação política, e experimentar nestes, mesmo de forma latente (Melucci, 1999) sociabilidades alternativas.

Porém, a politização da sobrevivência deve ganhar uma visibilidade pública. Neste caso, vários dessas ações econômicas e políticas se vêem na necessidade de um reconhecimento público das desigualdades vivenciadas. Como nos referimos, a ocorrência da Economia Solidária em diversos lugares, bem como o aumento dos empreendimentos econômicos, a organização desses e suas relações com o mercado capitalista lhes dão uma visibilidade pública que passa a ser reconhecida como formas diferentes de produção e organização econômica. Mas, esta visibilidade pública tem por um lado uma visão negativa da Economia Solidária, pois entende as ações econômicas por um viés da desigualdade, e assim, essas formas alternativas de produção e organização econômica são consideradas inferiores e improdutivas, servindo somente como alternativas de geração de renda aos trabalhadores não integrados ou excluídos.

Por isso, supomos que a Economia Solidária passa também por um reconhecimento do público, no qual confere às ações econômicas da Economia Solidária uma ação política de busca de igualdades e de reconhecimento das diferenças. Neste sentido, a aparição e reconhecimento público da Economia Solidária não podem ser tratados como uma forma econômica percebida a partir da desigualdade da sociedade capitalista, mas sim por suas diferenças intrínsecas configuradas pelas diversas organizações econômicas de base associativa que envolve em suas relações princípios de igualdade e de diferenças.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. 2001. *A condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CARNEIRO, Vanderson. 2009. Entre o público e o privado: uma reflexão sobre o lugar da ação política na prática da Economia Solidária no Brasil. In. Economia Solidária e questões Epistemológicas. Santos, Boaventura; Santos, Aline (Org). Ed. Almedina. Coimbra. (no prelo)
- CARNEIRO, Vanderson G. 2006. Da dimensão Econômica à Dimensão Política: A economia solidária sob a perspectiva do conflito social. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Ciência Política da FAFICH/UFMG.
- DUSSEL, Enrique. 2001. Hacia una Filosofía Política Crítica. Palimpsesto. Derechos Humanos y Desarrollo. Editorial Desclée de Brouwer, S. A. Bilbao. Disponível em http://132.248.123.99/a/dussel/html/30.html
- FRASER, Nancy. *2007. Reconhecimento sem ética?* Revista Lua Nova.,nº. 70. 101-138. São Paulo. Artigo originalmente publicado na revista Theory, Culture & Society, v. 18, p. 21-42, 2001. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis.
- FRASER, Nancy. 2001. *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista.* in: SOUZA, Jessé (org.) Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 245-282.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. 2006. *Redistribucíon o Reconocimiento? Un debate politico-filosófico*. Madri, Ediciones Morata, S L.
- HONNETH, Axel. 2003. *A luta pelo reconhecimento. A gramática dos conflitos sociais*.
- MELUCCI, Alberto. 1999. *Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de estudios sociológicos.
- SANTOS, B. S. 2008. *Quinze teses para aprofundar a democracia*. Arquivo Digital: Coimbra.
- SANTOS, Boaventura de Souza. 2006. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política.* : São Paulo. Cortez Editora.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005. *A crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo. Cortez Editora.
- paisagem das justiças em Moçambique**.** Porto: Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2002. *Introdução. Para ampliar o Cânone da produção*. In Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos. Vol. 2. Boaventura de Sousa Santos (Org.) RJ, Civilização Brasileira.
- SANTOS, B. S. 1995. "Pela *mão de Alice*. O social e o político na transição pós-moderna" - 10 ed. – São Paulo: Cortez.
- SENNETT, Richard, 2002. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo. Cia das Letras.